



FACULDADE DE DIREITO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO
NÍVEL MESTRADO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Departamento	Unidade
Programa de Pós Graduação em Direito Agrário, nível Mestrado	Faculdade de Direito

Nome da Disciplina	Período a ser cursada
Questões Agrárias Internacionais e Comparadas	2º semestre de 2015

Natureza da Disciplina
Optativa

Distribuição da carga horária			
Carga horária total	Teóricas	Práticas	Carga horária semanal
45 hs (3 créditos)	45 hs	-	4 hs

Ementa
O direito internacional e o direito comparado frente as questões agrárias e agrícolas. A questão agrícola no comércio internacional: OMC (acordo sobre a agricultura, a questão do desenvolvimento), blocos econômicos e políticas públicas (política agrícola comum europeia, Mercosul). O papel da FAO e da ONU. Agricultura e Propriedade Intelectual: o sistema multilateral (ADPIC/OMPI), os sistemas internos: estudo de casos e comparação de regimes de proteção da PI. Agricultura. Meio ambiente e mudanças climáticas: mudanças climáticas e quadro jurídico, mercado de crédito de carbono e mundo agrícola.

Docente:
Prof. Dr. RABAH BELAIDI
rbelaidi@gmail.com

Goiânia, 03 de agosto de 2015.

Coordenador do PPGDA

1. OBJETIVOS

1.1. Geral

Sensibilizar o estudante do Programa de Pós Graduação em Direito Agrário à importância das questões agrárias, agrícolas e agroalimentares num contexto internacional marcado por uma fase dita de globalização. Para isso, objetiva estudar e analisar os fenômenos, instrumentos e mecanismos oriundos de várias disciplinas e que interferem no tratamento das questões agrárias. A acuidade da internacionalização das questões relacionadas à produção e circulação de alimentos assim como as consequências em termos de busca de terras agrícolas, necessita do aporte do método comparativo tanto para as políticas públicas quanto as próprias normas de direito.

1.2. Específicos

- Estimular o aluno a perceber a importância das questões agrárias num contexto de intensificação do comércio internacional
- Analisar de maneira crítica o papel da regulação jurídica das questões agrárias internacionais, brasileiras e de outros sistemas jurídicos.
- Aumentar o nível de conceptualização teórica do estudante a partir de novas referências reflexivas.
- Realizar um estudo histórico e jurídico das organizações internacionais que participam diretamente ou indiretamente da regulação das questões agrárias.

2. CONTEÚDO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Semestre 2015/2

Datas	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
22/10	
Aula nº01	Introdução: Apresentação do programa e método de trabalho; considerações sobre o curso e a disciplina. Conceitos introdutórios.
Aula nº02	1º A importância do Direito nas questões agrárias internacionais e comparadas 1.1. Definição do direito comparado e do método comparativo 1.2. Definição do direito internacional e revisão dos conceitos básicos 2º Agricultura, Comércio Internacional e o Desenvolvimento: o SMC Abordagem histórica e conceitual da internacionalização das questões agrárias: Qual regulação? Quais atores? 2.1 Teorias do comércio internacional 2.1. Histórico: o comércio internacional da antiguidade até 1945. 2.2. 1945: OIC - GATT - OMC.

29/10	
Aula n°03	2.3. A OMC: Da rodada Uruguay até a rodada de Doha 2.4. A OMC: estrutura jurídica e acordos
Aula n°04	2.5. O ASA: três pilares e um futuro incerto –Grupo de Cairns- G22- Doha. Bali 2.6. Direito dos subsídios agrícolas: caixa verde, laranja e azul.
05/11	
Aula n°05	2.7 A OMC: órgão de resolução das controvérsias 2.8. Estudo de casos: decisões de painéis e do ORD.
Aula n°06	2.9. O papel do BIRD e do FMI: Estudo de caso: o Malawi
12/11	
Aula n°07	3° Agricultura e Desenvolvimento fora da OMC: 3.1. A ONU e a segurança alimentar : ONU - FAO - UNCTAD
Aula n°08	3.2 As ONG's
19/11	
Aula n°09	4°Agricultura, Comércio Internacional e Políticas Públicas: do unilateralismo ao plurilateralismo
Aula n°10	4.1 A PAC Européia
26/11	
Aula n°11	4.2 A política norte-americana 4.3 A política chinesa
Aula n°12	4.4 A política indiana 4.5 Outros estados
03/12	4.5. Outros modelos: estudo de alguns blocos econômicos
Aula n°13	4.5.1 O Mercosul
Aula n°14	4.5.2 Os estados do bloco ACP ou outros blocos africanos ou asiáticos
10/12	5° Agricultura e Propriedade Intelectual:
Aula n°15	5.1 O sistema multilateral: ADPIC/OMPI – O problema das ETN's : Bayer, Monsanto.
Aula n°16	5.2 Os sistemas internos: estudo de casos e comparação de regimes de proteção da PI (IGN e outros modelos).

17/12 Aula n°17 Aula n°18	6° Agricultura. Meio ambiente e mudanças climáticas 6.1 Mudanças climáticas e quadro jurídico 6.2 Mercado de crédito de carbono e mundo agrícola
21/01 Aula n°19 Aula n°20	6.3 A temática da proteção do meio ambiente: o agricultor poluidor? 6.4 A temática da energia: a produção do biocombustível e as implicações na problemática agrícola.
28/01 Aula n°21 Aula n°22	Prova dissertativa sobre um dos pontos que foi estudado e discutido durante as aulas e os seminários.

3. ESTRATÉGIAS DE ENSINO – Descrição das Estratégias

<p>1. Aulas expositivas, com recursos de projeção em tela - Utilização de roteiros impressos de aula - Discussão de casos concretos - Recursos audiovisuais (slides, transparências e filmes técnicos) - Realização de seminários pelos acadêmicos - Adoção de textos - Atendimento individual ou em grupos.</p> <p>2. O plano de aulas foi elaborado para um grupo de 10 a 20 estudantes. Em caso de número inferior, a organização das aulas será remanejada após consulta do corpo discente.</p>

4. RECURSOS DISPONÍVEIS - Descrição dos Recursos

Disposição no quadro-de-giz - Projeção de slides – Documentários- Textos.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO – Descrição dos Critérios

<p>A avaliação será constante, gradual e variada. A participação, o interesse, a assiduidade, a capacidade de análise e de síntese do aluno serão permanentemente observados. Para a atribuição de notas e freqüências, serão seguidas as normas da UFG. Para compor a nota semestral são necessárias duas avaliações.</p> <p>Assim, a nota semestral será composta pela média das seguintes avaliações:</p> <p>a) 10,0 Seminários sobre temas pesquisados. b) 10,0 Prova escrita sobre o conteúdo estudado realizado na última aula.</p>

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SEMINÁRIOS - AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

<ul style="list-style-type: none"> • Participação – claro comprometimento individual com o trabalho do grupo.
--

- Qualidade da pesquisa e problematização do tema.
- Originalidade – utilização de meios e idéias que consigam estimular o interesse dos ouvintes.
- Domínio do assunto - capacidade de interpretação segura do texto, conhecimento e desempenho com relação ao tema.
- Objetividade – capacidade de conduzir o tema de forma clara e sintética.
- Problematização – ao final da apresentação do texto ou tema, a equipe deverá propor problemas ou dilemas a serem debatidos e respondidos pela turma.

Obs.: As aulas serão divididas em duas partes: a apresentação dialogada do tema feita pelo professor, e a apresentação de um texto ou tema pela equipe responsável seguida de problematização e debate.

7. BIBLIOGRAFIA

7.1 BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA

Direito Internacional:

CARREAU, Dominique; JUILLARD, Patrick. Droit international économique. Paris: France Quercy, 1998.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. 2ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 1517 p.

GOYOS JUNIOR, Durval de Noronha. *Direito Agrário Brasileiro e o Agronegócio Internacional*. Editora Observador Legal, 2007.

LAMBERT, Jean-Marie, *Curso de Direito Internacional Público*. Vol.1, Vol.2, e Vol. 3, 2a. ed. Goiânia, Ed. Kelps.

PADUA LIMA, L. M. Maria Lúcia, ROSENBERG B, O Brasil e o contencioso na OMC, Série GV Law, Tomos I e II. São Paulo. Ed Saraiva, 2009.

PRAZERES L. Tatiana, A OMC e os blocos regionais, Ed Aduaneiras, São Paulo 2008, 516 p.

Direito comparado:

ALMEIDA, Carlos Ferreira. *Introdução ao direito comparado*. 2 ed. Coimbra: Almedina, 1998.

ANCEL, Marc, *Utilidade e métodos do direito comparado*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1980.

CONSTANTINESCO, Leontin-Jean. *Tratado de direito comparado: introdução ao direito comparado*. Trad. Maria Cristina de Cicco (org.). Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. Trad. Hermínio A. Carvalho, 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SACCO, Rodolfo. *Introdução ao direito comparado*. Trad. Véra Jacob de Fradera. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SERRANO, Pablo Jiménez, *Como utilizar o direito comparado para elaboração de tese científica*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

7.2 BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil na Rodada Uruguai do GATT 1982-1993. In: FONSECA JÚNIOR, Gelson, CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. Temas de Política Externa II, Vol. I. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 325-352

AMOROSO, Marcelo Vilela. As relações entre o Mercosul e a União Européia: um novo diálogo entre blocos. Informativo no 6. jun.-jul. 1997. Disponível em: <www.camara.gov.br>. Acesso em: 23 dez. 2010.

ARNOLDI, Paulo Roberto Colombo. O Direito Empresarial no Mercosul. Revista Jurídica UNICOC, Ribeirão Preto. Disponível em: http://www.revistajuridicaunicoc.com.br/midia/arquivos/ArquivoID_30.pdf.

ARRUDA, Leonardo Vieira; SILVA, José Eduardo Barbosa da. Reforma da política agrícola (PAC). Boletim Bimestral da Associação dos Analistas de Comércio Exterior. no 7, jul.- ago. 2003.

BARRAL, Welber (Org.). O Brasil e o protecionismo. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

_____. [et al.]. Solução de Controvérsias: OMC, União Européia e Mercosul. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004.

BARROS, Júlia Prestes Chuffi. O princípio da subsidiariedade e o Estado. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, no 1277, 30 dez. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9347>. Acesso em: 23 dez. 2010.

BASTOS, Carlos Eduardo Caputo; BASTOS, Gustavo Henrique Caputo. O Direito comunitário europeu e o direito de integração na América Latina: Exame dos modelos de produção e incorporação normativa na União Européia e no Mercosul. In: LABRANO, Roberto Ruiz Díaz (Org). Mercosur – Unión Europea. Asunción: Intercontinental, 2001.

BERGMAN, Eduardo Tellechea. La cooperación jurisdiccional internacional con especial al âmbito del MERCOSUR y al derecho uruguayo. In: KLOR, Adriana Dreyzin de; ARROYO, Diego P. Fernández; PIMENTEL, Luiz Otávio. Litígio judicial internacional. Buenos Aires: Decita, 2004.

BERTHELOT, Jacques. Plutôt que le protectionnisme, la souveraineté alimentaire. Lê monde diplomatique. Paris, p. 6-7, dezembro 2005.

BONIOLO, Eduardo da Eira. Relações entre Mercosul e União Européia e as conseqüências para o Brasil: uma resenha. Revista geo-paisagem. Ano 3, no 5, Janeiro-Junho de 2004.

BRUM, Argemiro Luís; HECK, Cláudia Regina. Economia internacional: uma síntese da análise teórica. Ijuí: Unijuí, 2005.

BUENO, Clodoaldo. Os caminhos do Mercosul. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch

CARTOU, Louis. L'Union européenne: Traités de Paris – Rome – Maastricht. Paris: Dalloz, 1996.

CASTILHO, Marta R. Acordo de Livre Comércio com a UE: a vulnerabilidade dos produtos industriais produzidos pelo Mercosul à competição européia. Nova Economia. Belo Horizonte: [s.n.], no 15, p. 153-182, mai.- ago. 2005.

CHEREM, Giselda da Silveira. Subsídios. In: BARRAL, Welber. O Brasil e a OMC. Curitiba: Juruá, 2002.

CHEREM, Mônica Teresa. Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). In: BARRAL, Welber. Tribunais internacionais: mecanismos contemporâneos de solução de controvérsias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

- CINTRA, Marcos. A pauta de Doha. Disponível em: www.imic.org.br. Acesso em: 23 dez. 2010.
- COELHO, José Fernando Lutz. Contratos Agrários de arrendamento e Parceria Rural no Mercosul. Editora Juruá, 2002.
- COLSERA, Lino Luis. A Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo Agrícola. Revista de Política Agrícola. Ano VII, no 3, jul.-ago.-set. 1998.
- CONFAGRI. CE avalia estado de aplicação da reforma da PAC. Disponível em: www.confagri.pt. Acesso em 23 dez. 2010.
- CONTINI, Elísio. Agricultura e política agrícola comum da União Européia. Revista de Política Agrícola. Brasília: [s.n.], no 1, p. 30-46, 2004.
- COSTATO, Luigi. Corso di diritto agrario. Milão: Guiffre, 2004. COURINHA, Gustavo Lopes. Agricultura e preços agrícolas no comércio mundial. Lisboa: FDLN, 2002.
- CRETELLA NETO, José. Direito Processual na Organização Mundial do Comércio. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- CRISTINI, Marcela; AMAL, Mohamed. Investimento direto externo no Mercosul: o papel da Europa. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2006.
- D'ÁVILA, André Luiz Bettega. O direito do comércio internacional no setor agrícola: os subsídios à exportação. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- DAL RI JÚNIOR, Arno. História do Direito Internacional: Comércio e Moeda. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.
- DANTAS, Adriana. Subsídios Agrícolas – Regulação Internacional. São Paulo. Ed. Saraiva, 2009.
- DELGADO, Nelson Giordano. Condicionantes Externos à Reforma do Estado no Brasil: O GATT e o Acordo Agrícola da Rodada Uruguai. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Projeto CPDA – Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado (CNPq, CAPES, FINEP, MARE), 1998.
- DELORME, Hélène. La politique agricole commune: anatomie d'une transformation. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2004.
- DEUTSCHE WELLE. Doce protecionismo à prova. 11 nov. 2004. Disponível em: <http://www.dw-world.de>. Acesso em: 23 dez. 2010.
- _____. Indústria açucareira alemã quer investir no Brasil. 15 mai. 2005. Disponível em: <http://www.dw-world.de>. Acesso em: 23 dez. 2010.
- _____. Liberalização do comércio mundial é tema central em Davos. 26 jan. 2007. Disponível em: <http://www.dw-world.de>. Acesso em: 23 dez. 2010.
- _____. Produtores resistem à reforma do mercado do açúcar. 11 nov. 2004. Disponível em: <http://www.dw-world.de>. Acesso em: 23 dez. 2010.
- _____. UE amarga decisão da OMC sobre açúcar. 10 set. 2004. Disponível em: <http://www.dw-world.de>. Acesso em: 23 dez. 2010.
- DROGUÉ, Sophie; RAMOS, Maria Priscila. L'accord UE-MERCOSUR: le blocage agricole. La Chronique des Amériques. Montreal, no 22, jun. de 2005.

EDWARD, José. O Brasil que planta e colhe dinheiro. In: Edição Especial de VEJA, Agronegócio, abril de 2004.

FERNANDES, Erick. Agroforestry in sustainable agricultural systems. Editora Lewis, 1998.

FERRAZ, Valeria S. B.; ODARDA, Omar E. La reforma del sistema de solución de disputas de la Organización Mundial del Comercio: estado actual de las negociaciones. In: KLOR, Adriana Dreyzin de; ARROYO, Diego P. Fernández. Solución de controversias. Buenos Aires: Decita, 2004.

FLORY, Thiébaud. L'organisation mondiale du commerce: droit institutionnel et substantiel. Bruxelas: Brylant, 1999.

FOLHA. Mercosul e União Européia relançam negociações comerciais. Disponível em: www.folha.com.br. Acesso em: 23 dez. 2010.

FREITAS, Rogério Edivaldo. Barreiras comerciais sobre os produtos agroindustriais brasileiros na União Européia. Tese (Doutorado em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2004.

FREUDENSTEIN, Roland. O papel das regiões no processo de integração européia. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). Anuário Brasil – Europa 2005. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2006.

GEORGE, Susan. Sommet de l'OMC à Seattle: Le commerce avant les libertés. Lê Monde diplomatique. Nov. 1999, p. 1, 16, 17.

GLOBO. União Européia incentivará consumo de álcool combustível. Disponível em: www.globo.com. Acesso em: 23 dez. 2010.

GOODWIN, John. Agricultural e economics. Editora Prentice Hall, 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. O Brasil e o Comércio Internacional: transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2000.

GSCHWENDTNER, Loacir. A União Européia: duas visões da Europa. Jus Navigandi. Teresina, ano 7, no 61, jan. 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3640>. Acesso em: 23 dez. 2010.

GURGEL, Angelo Costa. Impactos da liberalização comercial de produtos do agronegócio na Rodada de Doha. Revista Brasileira de Economia. no 2, Rio de Janeiro, Abril/Junho de 2006.

HOWELL, Terry. Agricultural system models in field research and technology transfer. Editora Lewis, 2002.

IEA. O comércio de produtos agrícolas após a desvalorização do real. Disponível em: www.iea.sp.gov.br. Acesso em: 23 dez. 2010.

INFOCO. A agricultura e desenvolvimento rural no Mercosul. no 24, maio de 2004.

JAEGER JÚNIOR, Augusto. Liberdade de concorrência na União Européia e no Mercosul. São Paulo: LTr, 2006.

JALES, Mário de Q. M.; JANK, Marcos Sawaya. Agricultura nas negociações da OMC, Alça e UE-Mercosul: diagnóstico e perspectivas. Conferência “Brasil: Desafios e Oportunidades da

Integração”, organizada pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo em 4 de novembro de 2003, p. 1.

JANK, Marcos Sawaya. (Org.). A reforma da política agrícola comum da União Européia: Análise dos impactos na OMC sob a ótica dos interesses comerciais brasileiros. DT 001/2003. Ícone: São Paulo, 2003, p. 5.

_____. [et al.]. Apoio interno agrícola na Ministerial de Cancun: Cenários baseados na Proposta Harbinson e na Reforma da PAC. São Paulo: Ícone, 2003.

_____. A Farm Bill e a retomada da Rodada de Doha. Folha de São Paulo, São Paulo, p. A-2, 7 de fevereiro de 2007.

_____. Agricultura. In: THORSTENSEN, Vera, JANK, Marcos Sawaya. (Orgs.). O Brasil e os grandes temas do comércio internacional. São Paulo: Lex Editora; Aduaneiras, 2005, p. 37-70.

_____. As inconsistências do protecionismo agrícola europeu. Folha de São Paulo, São Paulo, de junho de 1999.

_____. Etanol: mitos, exageros e preconceitos. Folha de São Paulo. São Paulo, p. A-2, 21 de março de 2007.

_____. Políticas Agrícolas no Retrovisor. Folha de São Paulo. São Paulo, p. A-2, 18 de maio de 2006.

LAFER, Celso. Novos cenários da negociação comercial internacional: Doha e o Pós-Doha. In: Revista de Política Externa. vol. 10, no 4, maio 2002, p. 149.

LEITE, Carlos A. Moreira; DIZ, Jamile B. Mata; RODRIGUES, Daniel de Sá. A questão agrícola no Mercosul e na União Européia (UE). Revista de Informação Legislativa. Brasília: [s.n.], ano 35 no 137 jan.-mar. 1998, p. 297-301.

LOYAT, Jacques; PETIY, Yves. La politique agricole commune (PAC): un enjeu de société. Paris: La Documentation française, 2002.

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence, *História das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea*, São Paulo: Unesp/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. 567p.

MEZZOMO, Marcelo Colombelli. Aspectos dos Contratos Agrários no Mercosul. Site do Curso de Direito da UFSM. Santa Maria-RS. Disponível em: <http://www.ufsm.br/direito/artigos/agrario/contratos-agrarios.htm>. Acesso em: 23 dez. 2010.

OLIVEIRA, Luciana Maria de. Exportação Agrícola – A regulamentação dos subsídios na OMC. Editora Juruá, 2008.

OROURKE, Andrew. Agricultural trade policies in the new millennium. Editora Crc press, 2002.

PEREIRA, Lia Valls. Impactos da Alca e do Acordo Mercosul-União Européia nas economias brasileira e argentina: um mapeamento preliminar. Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro no 13, 67, abril/junho 2001.

PERONDI, Miguel Ângelo. Artigo para o GT no 6 – Agricultura, riscos e conflitos ambientais – II Encontro Anual da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade), 26 e 29 de maio de 2004 em Campinas.

POLANYI, Karl. A grande transformação, as origens de nossa época. Riode Janeiro, Ed. Campus Ltda, 1980. Tradução de Fanny Wrobel.

- REED, Michael. International trade in agricultural products. Editora Prentice Hall, 2000.
- RITTER, William. Agricultural nonpoint source e pollution. Editora Lewis, 2000.
- ROBBINS, Meter. Effets de la mondialisation sur le secteur agricole et lês communautés rurales des pays ACP. Belgique: [s.n.], 1999.
- RODRIGUES, Roberto; JANK, Marcos Sawaya. A agricultura no momento atual da negociação do Mercosul. Informações Econômicas. São Paulo: [s.n.], v. 23, n. 12, dez. 1993.
- SALLES, Marcus Maurer. A legalidade da política agrícola comum frente ao direito internacional do comércio: uma análise jurídica da resistência européia ao livre comércio da agricultura. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005. SECEX. Mercosul – União Européia. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br. Acesso em: 23 dez. 2010.
- SERAFINI, Luciana. Biotecnologia – Avanços na agricultura e na agroindústria. Editora Educ, 2002.
- SCHERR, Sara. Ecoagricultura: Alimentação do Mundo e Biodiversidade. Editora Senac, 2009.
- SILVA, Mozart Foschete da. Relações econômicas internacionais. São Paulo: Aduaneiras, 1999.
- STRENGER, Irineu. Contratos internacionais do comércio. São Paulo: LTr, 1998.
- THORTSTENSEN, Vera. Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
- VALLADÃO, Alfredo G.A. O peso do setor agrário nas negociações sobre um tratado de livre comércio entre a União Européia e o MERCOSUL. Berlin: FDCL –Forschungs – und Dokumentationszentrum Chile – Lateinamerika e.V., 2004.
- VENTURA, Deisy de Freitas Lima. As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de um associação inter-regional. São Paulo: Manole, 2003. VIAL, Bernard. A agricultura francesa na Europa. Disponível em: <http://www.ambafrance.org.br/abr/imagesdelafrance/Formato%20PDF/agricultura.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2010.
- WITKER, Jorge. Tradução: Clarissa Franzoi Dri. Regras de origem nos tratados de livre comércio. Florianópolis: Fundação José Arthur Boiteux, 2006.

7.3 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Uma indicação de textos será fornecida para cada tema estudado ao longo do curso.

